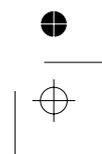
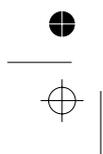
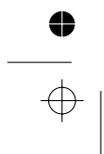
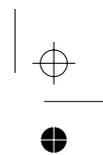
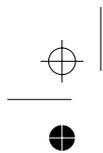




Crise da Consciência Europeia  
Entre Subsidiariedade e Solidariedade







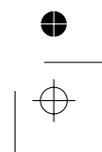
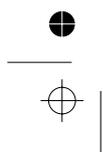
António Teixeira Fernandes

# Crise da Consciência Europeia

Entre Subsidiariedade e Solidariedade



LISBOA, 2014





© António Teixeira Fernandes, 2014

António Teixeira Fernandes  
**Crise da Consciência Europeia. Entre Subsidiariedade e Solidariedade**

Primeira edição: maio de 2014  
Tiragem: 300 exemplares

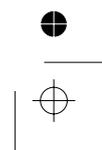
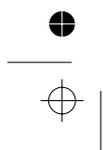
ISBN: 978-989-8536-35-8  
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10  
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso  
Capa: Lina Cardoso  
Revisão de texto: Manuel Coelho  
Impressão e acabamentos: Europress, Lda.

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

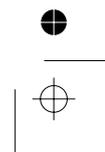
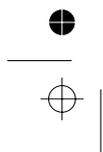
**Editora Mundos Sociais**, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas,  
1649-026 Lisboa  
Tel.: (+351) 217 903 238  
Fax: (+351) 217 940 074  
E-mail: [editora.cies@iscte.pt](mailto:editora.cies@iscte.pt)  
Site: <http://mundossociais.com>

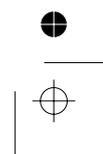
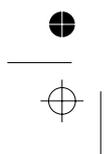
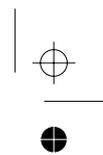




## ÍNDICE

<b>Prefácio</b> .....	vii
<b>1 Estados e espaços de cidadania numa Europa em desagregação</b> .....	1
Arquitetura política mundial .....	4
Ordem mundial e nacionalidade .....	16
<b>2 Crise atual da consciência europeia</b> .....	35
A crescente secularização europeia .....	39
<i>Carrefour</i> em que se encontra a Europa .....	57
Dilemas com que se debate o Cristianismo .....	74
Modalidades da crise de consciência europeia .....	86
Europa e a dialética solidariedade/subsidiariedade .	97
<b>3 Em busca de uma cidadania europeia</b> .....	121
<b>Referências bibliográficas</b> .....	153







## Prefácio

A integração europeia vem-se apresentando como um processo relativamente lento e complexo, pelas valências que comporta. O nacionalismo, desenvolvido desde o século XIX, acentuou o fechamento das fronteiras. Os Estados nacionais procuraram consolidar a sua soberania, criando as condições indispensáveis a uma subsistência em autonomia, base da sua afirmação no concerto das nações.

A ideia da Europa não surge na contemporaneidade, conhece um longo passado histórico, mas encontra, na atualidade, um considerável impulso. A partir da Segunda Guerra Mundial, são lançados os principais fundamentos da presente União. Dadas as suas diversas dimensões, compreende-se que o ritmo de unificação não seja igual nos diversos países e em todos os setores, como a economia, a política, a coesão social e a vida cultural. Se a promoção de uma comunidade económica avançou sem grande dificuldade, foi porque o intercâmbio neste domínio vai ao encontro de interesses comuns dos Estados membros, no novo contexto da globalização.

Mas uma Europa com uma economia progressivamente integrada, sempre embora de harmonia com as políticas de cada país, parece contrastar com um mosaico de nações e de culturas, cada uma com a sua memória própria e a sua identidade por vezes bem vincada. Esta realidade diferenciada tem amortecido o





avanço harmonioso em todos os domínios. Não se poderá falar, em rigor, de uma cultura europeia, a não ser a um nível de certa abstração. O progresso na área económica tem sido acompanhado, por sua vez, de um certo regresso social. Está-se longe de uma arquitetura política que lhe confira uma unidade na orientação da ação comum, desde logo no que concerne a formação de partidos políticos transnacionais. Daí resulta, em relação às suas instituições, um défice de democracia e, quanto à prática social, uma cidadania em mero processo de desenvolvimento.

O mundo ocidental, berço das democracias modernas, confronta-se com a própria qualidade da prática democrática. Se o desenvolvimento do individualismo tem cerceado, em sua medida, a participação cívica, o Estado também não dá mostras de recuar na sua vontade de dominação, ao mesmo tempo que vê diminuir a sua capacidade de regulação dos sistemas e de resolução dos problemas de toda a ordem que afetam as pessoas. A democracia representativa foi-se tornando progressivamente uma relativa tecnocracia. O paradoxo da democracia consiste em que, enquanto, por um lado, ela parece estar a expandir-se por toda a parte, existe enorme desencanto em relação aos seus procedimentos, com uma política parlamentar cada vez mais afastada do fluxo das preocupações de vida dos indivíduos. O poder tende a ser transcendental à política, sem necessidade de justificação.

O problema com que se depara a Europa nos dias de hoje é, de facto, o da sua democracia, ou seja, a questão da representação das diferenças nacionais e da representação do “cidadão” europeu. Há um espaço cultural comum constituído pelas tradições religiosas, pela história, pelas trocas comerciais e por valores comuns, condição do projeto europeu. Mas isso não será suficiente, faltando-lhe um espaço público político pela ausência de motivações políticas comuns. Persistem os espaços públicos políticos nacionais não integrados.

Uma das fraquezas do atual projeto político europeu está em querer decalcar a sua arquitetura sobre a organização política do



Estado-nação, desejando, ao mesmo tempo, manter a autonomia deste com a vontade de associar realidades de não fácil conciliação. Por outro lado, o mesmo projeto aparece bloqueado por não mobilizar os povos que compõem a União. Eurofílicos e eurocéticos se confrontam neste campo. Os primeiros insistem na ideia de que é preciso criar uma Europa como Estado federal, disso dependendo a prosperidade dos povos. Os eurocéticos, ao contrário, reconhecem os benefícios de uma cooperação europeia, mas consideram a unificação como prejudicial para os interesses e os valores dos seus habitantes, advogando antes uma “Europa das pátrias”, ideia que era cara a De Gaule. Se os euro-otimistas postulam algumas condições para essa federalização, como uma liderança capaz e instituições adequadas, os europessimistas não vão além de uma unificação superficial, meramente burocrática.

A unificação não se revela possível sem uma certa identidade europeia comum, de forma que a Europa unida seja acompanhada de uma identificação das massas com o ideal europeu. A união de soberanias não produz, só por si, uma supranação europeia. As identidades culturais coletivas são normalmente concebidas ou como artefacto socialmente construído ou como o resultado de experiências e de memórias partilhadas. Enquanto estas últimas são capazes de fornecer um fundamento sólido à construção europeia, o projeto europeu tem sido, até ao momento, construído apenas mediante a ação de elites.

A Europa tem vindo a evoluir no sentido de uma “comunidade” no interior da qual as soberanias nacionais passam a ser limitadas. Importante será saber, todavia, se a formação da União Europeia é de molde a originar uma cidadania e uma identidade que lhe sejam próprias. Não menos relevante será saber se a cidadania e a identidade de cada Estado-nação não sofrem profundas alterações em resultado da convergência promovida pelo processo europeu.

A cidadania europeia, em vias de constituição, afirma-se em termos de direitos fundamentais garantidos em todo esse espaço. A abertura das nacionalidades arrasta consigo a busca



de novas expressões de cidadania. Encontra-se atualmente em vias de desenvolvimento um processo de democratização da democracia que atravessa não só os Estados individuais como a própria Europa no seu todo.

A Europa política, se postula o desenvolvimento de uma cidadania alargada, não implica, todavia, a destruição das identidades previamente existentes, quer a nível nacional, quer a nível regional e local. As pessoas constroem a sua identidade em espaços de lugares, e se a cidadania está associada à política, a identidade encontra-se ligada à cultura.

Poderá dizer-se que, na dialética do global e do local, haverá tendência para um desenvolvimento e para um reforço das identidades locais e regionais, à medida que se opera a criação da União Europeia e se afirma a globalização. Geram-se, de facto, neste contexto, movimentos contraditórios. Não haverá uma Europa unida sem a sua expressão numa vontade política comum. Mas também não será fácil a elaboração de um projeto político comum, conducente a uma mesma identidade, se as comunidades particulares — nacionais ou regionais — se mantiverem solidamente ligadas a histórias e ideais diferentes, não convergentes, sobretudo quando entra em ação a luta pelo reconhecimento. A tendência dominante parece mostrar claramente que, na melhor das hipóteses, haverá uma Europa una pela cidadania, mas plural pelas identidades. As identidades são, aliás, mesmo nos indivíduos, sempre plurais. A ligação à Europa tenderá a ser uma questão mais de identificação do que de identidade.

